

**O DIREITO AO BRINCAR: AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PARQUE MUNICIPAL PARA PROMOVER A EXPERIÊNCIA DO BRINCAR E DE PESQUISAS SOBRE OS USOS DO PARQUE**

Ana Beatriz Caldas Davi<sup>1</sup>

André Duarte da Silva<sup>2</sup>

Débora Bruna Félix Gomes<sup>3</sup>

Kaio Gomes Braz<sup>4</sup>

Paula Apolinário Zagui<sup>5</sup>

**RESUMO**

O artigo apresenta a experiência no Parque Municipal de Mossoró/RN no que se refere às ações universitárias e suas possibilidades de promover a vivência e o brincar no parque. A pesquisa parte da problemática: De que maneira as ações de extensão universitária do projeto Urbano Labcom no Parque Ecológico Maurício de Oliveira podem promover o direito ao brincar e possibilitam novas formas de uso dos espaços pelas crianças e responsáveis? Com base neste questionamento, o objetivo foi analisar as ações de extensão universitária realizadas no parque com foco na experiência lúdica e no uso dos espaços pelas crianças e responsáveis. A estratégia metodológica utilizada foi o estudo de caso com observação participante (Yin, 2001). A base teórica do trabalho foi com apoio nas teorias de Lefévre sobre o Direito à cidade (2008), Gehl (2013) e Rolnik (1988) sobre o espaço público e a cidade. Foi possível perceber que, apesar do parque ser de difícil acesso por meio de transporte público, as visitas escolares facilitam o contato com o parque. Além disso, as ações de extensão universitária podem integrar o lazer e as atividades pedagógicas e ocorrer o interesse em permanecer neste espaço.

**Palavras-chave:** Direito à Cidade; Extensão Universitária; Parque; Crianças; Estudo de Caso.

---

1 Mestranda no Programa de Ciências Sociais e Humanas na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, graduada em Publicidade e Propaganda UERN .beatrizcaldas@alu.uern.br

2 Graduado em Publicidade e Propaganda na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. andreduartte\_@hotmail.com

3 Mestranda e bolsista CAPES no Programa de Ciências Sociais e Humanas na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda UERN. deboragomes@alu.uern.br

4 Graduando em Publicidade e Propaganda na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. kaiogomes@alu.uern.br.

5 Docente do curso de Publicidade e Propaganda DECOM/UERN. paulazagui@uern.br





## THE RIGHT TO PLAY: UNIVERSITY EXTENSION ACTIONS IN THE MUNICIPAL PARK TO PROMOTE THE EXPERIENCE OF PLAY AND RESEARCH ON THE PARK

### ABSTRACT

The article presents the experience in the Municipal Park of Mossoró/RN with regard to university actions and their possibilities of promoting living and playing in the park. The research starts from the problem: How can the university extension actions of the Urbano Labcom project in the Maurício de Oliveira Ecological Park promote the right to play and enable new ways of using spaces by children and guardians? Based on this question, the objective was to analyze the university extension actions carried out in the park with a focus on the playful experience and the use of the spaces by children and guardians. The methodological strategy used was the case study with participant observation (Yin, 2001). The theoretical basis of the work was supported by the theories of Lefébvre on the Right to the city (2008), Gehl (2013) and Rolnik (1988) on public space and the city. It was possible to notice that, although the park is difficult to access by public transport, school visits facilitate contact with the park. Furthermore, university extension actions can integrate leisure and pedagogical activities and generate interest in remaining in this space.

**Keywords:** Right to the City; University Extension; Park; Children; Case Study.

### 1 INTRODUÇÃO

O direito ao brincar neste texto envolve o olhar da dimensão política de acessar e poder pertencer a um espaço da cidade que permite o desenvolvimento de atividades lúdicas e integrativas. Na perspectiva de Sobel (2018), a brincadeira além de ser uma atividade para o lazer, pode ser um instrumento de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças. Por meio da brincadeira, pode experimentar e observar o que está ao redor, ter o sentimento de pertença e criar conexões com outras pessoas.

A efetivação deste direito em espaços públicos, como os parques, envolve ter acesso a uma estrutura física e simbólica voltada para o uso dele para crianças e as pessoas que as acompanham. Dentro desse contexto, o Parque Ecológico Maurício de Oliveira surge como um importante objetivo de estudo empírico para o desenvolvimento epistemológico sobre o direito ao brincar nos espaços públicos urbanos e as vinculações com a extensão universitária.

A pesquisa parte da problemática: De que maneira as ações de extensão universitária do projeto Urbano Labcom no Parque Ecológico Maurício de Oliveira podem promover o direito ao brincar e possibilitam novas formas de uso dos espaços pelas crianças e responsáveis? Com base neste questionamento, o objetivo foi analisar as ações de extensão universitária realizadas no parque com foco na experiência lúdica e no uso dos espaços pelas crianças e responsáveis.

Os objetivos específicos incluíram: analisar as atividades desenvolvidas pelo Laboratório no parque, com ênfase na oficina de colagem lúdica infantil, uso do periscópio reverso e identificar as maneiras de promover o brincar por meio



da extensão.

As ações analisadas do Projeto de Extensão Urbano Labcom- Laboratório de Comunicação urbana, do Departamento de Comunicação da UERN, foram construídas com base na missão do projeto que é o de incentivar o uso dos espaços de maneira crítica e consciente e de vivências mais aprofundadas e diversificadas nestes espaços, por meio de atividades de arte, oficinas e produção de conhecimento por meio de desenvolvimento de pesquisa na área de comunicação urbana realizadas por docentes, discentes e egressos do curso.

Dessa maneira, no entendimento do projeto e de seus integrantes, a extensão universitária relacionada com a pesquisa e o ensino se aproxima da ideia de Ponte (2009) sobre a aprendizagem em múltiplas dimensões: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Sem isso, o ensino tradicional, centrado no aprendizado e na transmissão exclusiva do conhecimento do professor, não contemplará a integridade da formação” (Ponte, 2009, p.530). Ao realizar ações de extensão que envolvam os estudantes pode proporcionar outras maneiras de ensino e aprendizagem para além da sala de aula tradicional, além da aproximação deles com a comunidade externa e pessoas que utilizam o espaço e podem ver na prática o uso dele por meio das atividades de extensão.

A estratégia metodológica utilizada foi o estudo de caso com observação participante (Yin, 2001) visto que os idealizadores participaram ativamente da situação proposta e ao mesmo tempo analisaram os seus desdobramentos. A base teórica do trabalho teve apoio nas teorias de Lefévre (2008) sobre o direito à cidade (2008), Gehl (2013) e Rolnik (1988) sobre o espaço público e a cidade.

A partir disso, nos próximos tópicos, o trabalho discutirá os resultados e trará discussões sobre o “direito à cidade ao brincar” e o “impacto das ações de extensão universitária”, sobretudo na observação das ações desenvolvidas no Parque Municipal.

## **1.1 AÇÕES DE EXTENSÃO E PARQUE MUNICIPAL**

A Constituição Federal Brasileira nos garante que a educação é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos. A educação apresenta três níveis de ensino - Fundamental, Médio e Superior. Esta divisão é necessária para uma aplicabilidade satisfatória que comporte os trâmites necessários em todos os níveis de ensino de forma eficaz. O foco desta pesquisa se concentra no nível superior, que, de acordo com o art. 207 da CF “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial”, ainda, devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, cresce a importância do pilar ensino, pesquisa e extensão na educação. As ações de extensão, objetivo desta pesquisa, é escolhida por entendermos as contribuições trazidas na formação docente e discente e, segundo Oliveira (2015), ajudam a esses profissionais desenvolverem habilidades, competências e atitudes crítica-reflexiva, junto à comunidade. Por conseguinte, conforme os estudos de Costa et al. (2015), as ações de extensão universitária,





quando inseridas no processo educativo, funcionam como um intercâmbio entre o saber e o fazer, articulando, através da prática, os conhecimentos que foram obtidos em sala de aula.

A extensão na Uern tem como regulamentação a Resolução nº 14/2017. No artigo 3º. indica as áreas de atuação da extensão:

As ações de extensão, enquanto execução do compromisso social da UERN, retroalimentam as seguintes áreas temáticas: I. Comunicação; II. Arte e Cultura; III. Direitos Humanos e Justiça; IV. Educação; V. Meio Ambiente e Planejamento Urbano e Rural; VI. Saúde, Esporte e Lazer; VII. Tecnologia e Produção; VIII. Trabalho e Renda (Resolução nº 14/2017 - Consepe, p. 1).

Para categorizar as ações universitárias, a referida resolução traz no art. 4º:

As ações de extensão podem ser compreendidas em dois grandes grupos, extracurriculares (de I a VI) e curriculares (VII), e são apresentadas nas categorias de: I. Programa; II. Projeto; III. Curso; IV. Evento; V. Prestação de serviços; VI. Produto acadêmico; VII. Unidade Curricular de Extensão - UCE (Resolução nº 14/2017 - Consepe, Art. 4º. p.2).

Sob este viés, de ações que dialoguem com a sociedade, surge o Urbano Labcom, Projeto de Extensão da UERN que se enquadra na área da comunicação e desempenha atividades caracterizada como Projeto e Unidade de Curricularização da Extensão (UCE), componente curricular no curso de Publicidade e Propaganda. As ações do projeto tem como foco a comunidade externa, para se aproximar deste público, realiza atividade em escolas, praças e no Parque Municipal na cidade de Mossoró/RN.

O Parque Municipal é um espaço que possibilita essa aproximação por ser um local que tem com frequência um grande número de usuários e que está em um momento de lazer ao qual propicia a abertura para o diálogo e interação. Esta interação se dá por meio da socialização e do contato com áreas verdes e urbanas da cidade. Criado com a intenção de ampliar o contato social em ambientes de natureza, bem como no fortalecimento da pauta ambiental na cidade, o parque se coloca como um importante meio de promover o direito à cidade e o direito ao brincar.

Lefévre (2008) defende que a cidade deve ser pensada por quem nela vive, por isso, quando trazemos a discussão do direito ao brincar, reafirmamos a relevância de se ter espaços planejados e que possam ser vivenciados por quem ainda está na infância, sejam ruas, praças, calçadas ou parques. Os pensamentos do autor nos leva a refletir ainda nos diferentes sujeitos para que os espaços urbanos devem ser planejados e, no caso das crianças, isso não pode ser negligenciado, uma vez que o brincar de esconde-esconde, o soltar pipa, o subir nas árvores ou se sujar na areia, fazem parte de vivências dos pequenos em ambientes onde a brincadeira pode ser executada, e, no caso desta pesquisa, no Parque Municipal.

O Parque de Mossoró foi criado em 2016 e, desde então, se tornou um



local de acesso a áreas verdes e que proporciona à população o contato com um ambiente que, ecologicamente, difere do centro urbano. Atualmente, o parque se tornou um local de lazer, para a prática de exercícios físicos e em um ambiente para a promoção de atividades escolares, institucionais e universitárias, como por exemplo as atividades desenvolvidas pelo Urbano Labcom.

Neste trabalho, destacamos duas atividades promovidas pelo Urbano que expressam o direito ao brincar. A primeira foi a utilização do periscópio reverso (figura 01), ferramenta que permitiu aos adultos vivenciarem o parque sob a perspectiva infantil, enxergando os ambientes na altura das crianças, o que levou a reflexão da importância de pensar e planejar os espaços urbanos para os pequenos, como afirma o autor Francesco Tonucci em sua obra “A cidade das crianças”: “a cidade deve ser vista como um local para todos, mas principalmente para as crianças que precisam vivenciar o espaço de forma autônoma” (Tonucci, 1997, p.45).

Figura 01 - Uso do Periscópio Reverso



Fonte: Arquivo do(a) autor(a) (2023)

A segunda atividade envolveu oficina de colagem lúdica (figura 02). Na oficina infantil, as crianças exploraram materiais do próprio parque, como folhas, gravetos e areia, com a criação de colagens que podem estimular a criatividade e conexão com o ambiente natural, reafirmando o direito ao brincar em espaços públicos.

Ambas puderam proporcionar visões da relação sociedade e cidade, uma vez que existe o processo de vivência e transformação que os cidadãos imprime no ambiente urbano, pois, a cidade é formada por construções sociais e não se limita apenas a sua infraestrutura. De acordo com Lefévre (2008), a cidade é formada por seres humanos e suas vivências, das dinâmicas sociais, das relações culturais e do modo de viver. Dessa forma, a cidade passa a ser vista como histórica e não apenas como um produto material.



Figura 02 - Oficina de colagens lúdica com as crianças



Fonte: Arquivo do(a) autor(a) (2024)

Essas ações realizadas pelo Urbano Labcom têm um papel de aproximar a universidade com a comunidade, pois podem reforçar a importância de ocupar os espaços públicos como um ato de cidadania e construção de vínculos sociais.

Conforme Gehl (2013), a presença das pessoas em espaços públicos, como parques e praças envolve a vitalidade urbana, já que esses locais facilitam o encontro, a troca de experiências e o fortalecimento das relações comunitárias. Ao levar as atividades de extensão para o Parque Municipal, a universidade pode contribuir para a dinamização desses espaços e demonstrar sua responsabilidade social ao promover ações que incentivem o brincar e o uso consciente da cidade.

A brincadeira em ambientes como o Parque contribuem para o crescimento emocional, físico e cognitivo das crianças (Sobel, 2018). Diante disto, as atividades realizadas pelo Urbano aqui já citadas, são fundamentais para contribuírem com o estímulo, o desenvolvimento e as vivências dentro dos ambientes urbanos que possibilitem o contato com a natureza, como o Parque Municipal.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a observação do parque, foi realizado o estudo de caso com observação participante no ano de julho de 2023 a julho de 2024, com recorte espacial no Parque Municipal Maurício de Oliveira. A observação é considerada participante, com embasamento em Yin (2001), pois ocorreu a participação dos integrantes do grupo Urbano enquanto as atividades de extensão foram realizadas.

Com a problemática de observar os fenômenos da contemporaneidade como o uso do parque por crianças e jovens na cidade de Mossoró, o método escolhido atendeu aos objetivos propostos na pesquisa.

Vale ressaltar que todos os observadores tinham a questão da pesquisa



clara no momento da observação, como aponta Yin (2001). Se atentar para a problemática da pesquisa é um ponto importante na hora de realizá-la.

Para a observação participante foram realizadas três atividades voltadas para crianças e jovens e seus responsáveis. A primeira foi a atividade do “periscópio reverso”, realizada duas vezes no parque, que teve como objetivo fazer com que adultos utilizassem o equipamento para conseguir ver como as crianças conseguem perceber o espaço. As reações de todos os participantes foram de surpresa ao perceber como as crianças veem estes espaços, que é de maneira mais limitada devido a sua altura. Essa atividade pode proporcionar para os responsáveis e pelos pesquisadores, de ter uma noção de como o espaço está constituído e se atende as crianças no sentido de ter informações e estruturas visuais necessárias para que a criança se localize e favoreça o brincar.

A oficina lúdica de colagens infantil proporcionou observarmos como as crianças podem interagir com os espaços no momento que favorece procurarem elementos naturais do parque para construírem um desenho. A ação teve a orientação do grupo de estudantes que estavam matriculados na Unidade de Curricularização da Extensão e dos integrantes do grupo oficializados no SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos utilizados para formalizar os projetos de extensão da universidade (UERN).

## **2 O DIREITO À CIDADE AO BRINCAR - RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A cidade pode ser pensada em uma dimensão comunicativa e política pois os espaços ao serem construídos de maneira coletiva, as vivências neles podem gerar a comunicação entre as pessoas. Rolnik (1988), sem pretensão de definir o que é cidade, mas de problematizar sobre ela, faz um paralelo da cidade com várias proposições, o que nos interessa apontar é a cidade política. Para a autora, a convivência coletiva é inerente à cidade, ainda, para reforçar tal argumento, aborda que mesmo que o indivíduo esteja em sua moradia ou em seu automóvel, ainda assim, ele é um fragmento de um conjunto.

A partir disso, é possível pensar a universidade, a comunidade e os espaços públicos como fragmentos de um coletivo que podem se somar na medida que se aproximam, seja de maneira física ou política. O parque pode ser uma oportunidade dos cidadãos de irem para além do uso da cidade como espaço de regras e regulações, visto que o espaço público quando utilizado para fins de lazer pode proporcionar conexões das pessoas com as outras e com dimensão de cidade. Mas, para isso, há a necessidade de se pensar a cidade como espaço público inclusivo através de política antiexclusão.

Tal política se dá por meio da organização em sociedade e a defesa e o fomento da convivência entre sujeitos diversos, que, quando relacionados à ideia de lazer, nos trazem a noção do lazer como instrumento e parte das ações antiexcludentes. Tais ações contribuem para diminuir a segregação, as distâncias sociais e, de forma ampla, incentiva a comunicação entre indivíduos singulares e as coletividades (Rolnik, s.d, on line).

Apesar do parque ser em um local mais central na cidade de Mossoró, o acesso a ele por meio de transporte público é limitado o que torna importante a integração de crianças e jovens que moram longe do parque possam acessar o





espaço por meio de atividades escolares para visitação. Dessa maneira, estes agentes, universidades, escolas e pessoas que trabalham nela, podem se tornar agentes transformadores dos espaços para que seja possível tomar dimensões de cidade.

Lefévre (2008) aponta a cidade como mais do que apenas um espaço físico, mas um lugar que deve permitir a inclusão e a participação de todos os sujeitos habitantes não somente na vivência, mas também na reconfiguração desse ambiente. Para ele, todos os cidadãos devem ter o direito de participar ativamente da transformação da cidade. Nas palavras do autor:

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefévre, 2008, p.134).

Dessa forma, ao relacionarmos o direito à cidade ao brincar no parque, é possível entender como essas ações realizadas pelas crianças também se configuram como uma forma de se apropriar do espaço urbano. Para Lefévre (2008), a cidade deve ser vivenciada, os indivíduos devem ter o direito de experienciar os espaços, e o brincar não somente pode ser configurado como uma expressão de vivência, mas também é uma das mais genuínas, já que estamos tratando de crianças.

Ainda sob essa perspectiva, podemos perceber o brincar nas ruas, parques e praças de uma cidade sob diferentes perspectivas que transpassam a ótica da atividade lúdica. Essas também são ações que proporcionam o desenvolvimento de novos significados e afetos para essas crianças. O brincar se torna então, sob a perspectiva de Lefévre (2008), uma expressão concreta do direito à cidade, principalmente em momentos tão livres de interações com o espaço urbano.

Pensar o brincar enquanto uma ação que reivindica o direito à cidade também é entender que, na mesma medida em que ações lúdicas em espaços urbanos permitem o desenvolvimento dessas interações e construção de significados, políticas públicas que restringem o acesso a essa manifestação violam o direito ao brincar na cidade.

O movimento natural das cidades em sua dinamicidade gera por si, um ambiente imaginativo. Para as crianças, os espaços da cidade se tornam palcos para seu desenvolvimento social, psicomotores e identitários. O brincar é meio pelo qual as crianças constroem as realidades cotidianas em que elas se inserem, e compreendem assim, o mundo através das suas experiências vividas naqueles espaço, podendo se desenvolver também em aspectos criativos sociais, subjetivos e intersubjetivos (Montessori, 1989).

O brincar livre nas cidades, por vezes, se mostra cada vez mais restrito. O Parque Municipal, por sua vez, promove um ambiente de maior segurança e possibilidades às crianças através de seus diversos espaços, cores, texturas, sentidos e pessoas diversas que se encontram lá. Esta atividade se torna importante para o desenvolvimento integral da criança, o brincar, o lugar em que esse

brincar acontece é essencial para sua promoção (Montessori, 1989).

Figura 3 e 4 - Padronização dos brinquedos



Fonte: Arquivo do(a) autor(a) (2023)

A imprevisibilidade dos usos do espaço público pode se dar nessa lacuna entre o que é regulamentado e o que é vivido. A criança ao brincar pode ativar sua imaginação e pode percorrer estes espaços de maneira criativa que proporciona o seu desenvolvimento e criatividade, e o espaço em que a brincadeira se constrói, deve promover o acesso à liberdade desse brincar.

Figura 5 e 6 - A criatividade no brincar



Fonte: Arquivo do(a) autor(a) (2023)

Dessa maneira, em um jogo de ambivalência (Bauman, 1999), o brincar



se torna um direito à cidade ao mesmo tempo que ter o direito à cidade pode proporcionar o brincar.

## 4 CONCLUSÃO

Ao entendermos e observarmos o Parque Municipal enquanto um espaço de construção de vivências na cidade, é possível perceber como aspectos do macroambiente também são refletidos nesse recorte espacial, como a desigualdade e a segregação.

O parque não é um local de fácil acesso para todas as crianças que ali estão. Por se tratar de um local situado em uma área mais afastada das grandes vias de tráfego na cidade de Mossoró, muitos indivíduos não conseguem sequer vivenciar esse espaço. É necessário que o poder público disponibilize mais vias de transporte público para o parque, assim como divulgar este espaço como uma possibilidade de lazer para os cidadãos. Apesar do problema de acesso ao parque por meio de transporte público, algumas das ações realizadas nesse ambiente, o acesso de grande parte das crianças foi feito, sobretudo, por meio de ônibus escolares em aulas de campo.

Permitir que esses indivíduos alcancem esses espaços também é possibilitar que eles transformem o ambiente e sejam transformados por ele. Assim, se a cidade é para todos, ela também deve ser para as crianças, indivíduos estes que precisam ser considerados nos processos de interações sujeito-espaco.

Ações de extensão universitária como as desenvolvidas pelo Urbano LabCOM e pela UERN são fundamentais para a promoção de espaços públicos como o Parque Municipal, e por incentivo ao uso desses espaços, o que se mostra com grande importância para a promoção também do brincar livre pelas crianças. O elo entre academia e universidade possibilita atividades de propaganda e trocas de conhecimentos essenciais para nossa construção social.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.
- COSTA, Deiziane Viana da Silva et al. Extensão Universitária na Promoção da Saúde Infantil: analisando estratégias educativas. Revista Ciência em Extensão, v. 11, n. 1, p. 25-31, 2015.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 263 p. ISBN 978-85-273-0980-6. Disponível em: <[https://www2.fag.edu.br/professores/solange/2021.1%20-%20URBANISMO%20LEG.%20URBANA%20EST.%20CIDADE/BIBLIOGRAFIA/4.4%20Livro\\_Cidade\\_para\\_pessoas\\_-\\_Jan\\_Gehl\\_text.pdf](https://www2.fag.edu.br/professores/solange/2021.1%20-%20URBANISMO%20LEG.%20URBANA%20EST.%20CIDADE/BIBLIOGRAFIA/4.4%20Livro_Cidade_para_pessoas_-_Jan_Gehl_text.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2024.

HOW to create and use a Streets for Kids Reverse Periscope. In: **Global Designing Cities Initiative**. [S. I.], 21 fev. 2023. Disponível em: <<https://globaldesigningcities.org/update/how-to-create-and-use-a-streets-for-kids-reverse-periscope/>>. Acesso em: 18 out. 2024.

LEFÉBRVE, Henri. **O Direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MONTESSORI, Maria. **A Criança**. Círculo do Livro, 1989. 242 p.

OLIVEIRA, Franklin Learcton Bezerra de; ALMEIDA JÚNIOR, José Jailson de. Motivações de Acadêmicos de Enfermagem Atuantes em Projetos de Extensão Universitária: a experiência da faculdade Ciências da Saúde do TRAIRÍ/UFRN. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 36-44, 2015.

PONTE, Cynthia Isabel Ramos Vivas et al. A extensão universitária na FAMED/UFRGS: cenário de formação profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 33, n.4, p. 527-534, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, Lei nº 3.372, de 29 de janeiro de 2016. Altera a Lei nº 3.029, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre a doação de terreno localizado no perímetro urbano do Município de Mossoró/RN e dá outras providências. Disponível em: [http://168.232.152.232:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/10159\\_texto\\_inte\\_gral](http://168.232.152.232:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/10159_texto_inte_gral). Acesso em: 17 out. 2024.

Rolnik, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. Disponível em <<https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>> . Acesso em: 17 out. 2024.

Rolnik, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos, 1988.

SOBEL, David. **Nature Preschools and Forest Kindergartens: The Handbook for Outdoor Learning**. St. Paul: Redleaf Press, 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN (Estado). RESOLUÇÃO Nº 14/2017 - CONSEPE. Regulamento Geral da Extensão da UERN. Disponível em: <[https://www.uern.br/controledepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolucao\\_n0\\_14\\_2017\\_\\_consepe\\_\\_aprova\\_o\\_Regulamento\\_Geral\\_da\\_Extensao\\_da\\_uern\\_e\\_revoga\\_resolucoes.pdf](https://www.uern.br/controledepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolucao_n0_14_2017__consepe__aprova_o_Regulamento_Geral_da_Extensao_da_uern_e_revoga_resolucoes.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2024.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das crianças: um jeito novo de pensar a cidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

Yin, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

